

**RELIGIÃO E SETOR PÚBLICO NO BRASIL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES,  
NA ERA DA DIVERSIDADE RELIGIOSA****RELIGION AND THE PUBLIC SECTOR IN BRAZIL: CHALLENGES AND  
OPPORTUNITIES IN THE ERA OF RELIGIOUS DIVERSITY****LA RELIGIÓN Y EL SECTOR PÚBLICO EN BRASIL: RETOS Y  
OPORTUNIDADES EN LA ERA DE LA DIVERSIDAD RELIGIOSA**

10.56238/revgeov16n5-148

**Lisandra Taschetto Murini Bento**

Mestre em Engenharia de Produção: Qualidade e Produtividade  
Instituição: Universidade Federal de Santa Maria  
E-mail: lisandratmurini@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4713-0158>  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6483656899286332>

**Cléber Taschetto Murini**

Especialista em Aplicativos de Web  
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande – Universidade Federal de Santa Maria  
E-mail: cleber.murini@iffarroupilha.edu.br  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0662-7195>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9265487169931853>

**Gleice Taschetto Murini**

Graduada em Administração  
Instituição: Faculdade Integrada de Santa Maria  
E-mail: gleice.gtm@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4880-8204>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0961423345384574>

**Cleber Junior Pereira Bento**

Mestre em Ciências das Religiões  
Instituição: Faculdade Unida de Vitória  
E-mail: professorcleber4000@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3694-4621>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5711350232581902>

**RESUMO**

No Brasil, a liberdade de crença é um direito garantido, embora ainda haja discriminação motivada por estereótipos e preconceitos. Este estudo aborda os conceitos de religião e instituições religiosas, enfatizando para o Brasil a importância do pluralismo e da liberdade religiosa. A relação entre religião e setor público é marcada pela laicidade do Estado e, ao mesmo tempo, por interferências nas políticas públicas. A diversidade religiosa do Brasil caracteriza-se como ampla e dinâmica, expressando a



história e sua cultura. A educação e as políticas públicas devem fomentar o respeito, a inclusão e a valorização da pluralidade da pluralidade. A laicidade do Estado é garantir a liberdade religiosa e a neutralidade do espaço público, e enfrentar desafios permanentes e constantes, para criar e preservar a imparcialidade. O pluralismo religioso e cultural é uma riqueza e precisa ser celebrado e defendido, exigindo ações contínuas para fortalecer a tolerância e a coesão social.

**Palavras-chave:** Religião. Diversidade. Ciência. Liberdade. Sociedade.

### ABSTRACT

In Brazil, freedom of belief is a guaranteed right, although there is still discrimination motivated by stereotypes and prejudices. This study addresses the concepts of religion and religious institutions, emphasizing the importance of pluralism and religious freedom for Brazil. The relationship between religion and the public sector is marked by the secular nature of the State and, at the same time, by interference in public policies. Brazil's religious diversity is characterized as broad and dynamic, expressing its history and culture. Education and public policies must foster respect, inclusion and appreciation of the plurality of plurality. The secular nature of the State is to guarantee religious freedom and the neutrality of public space, and to face permanent and constant challenges, to create and preserve impartiality. Religious and cultural pluralism is a wealth and needs to be celebrated and defended, requiring continuous actions to strengthen tolerance and social cohesion.

**Keywords:** Religion. Diversity. Science. Freedom. Society.

### RESUMEN

En Brasil, la libertad de pensamiento es un derecho garantizado, si bien persiste la discriminación motivada por estereotipos y prejuicios. Este estudio aborda los conceptos de religión e instituciones religiosas, enfatizando la importancia del pluralismo y la libertad religiosa para Brasil. La relación entre la religión y el sector público está marcada por el carácter laico del Estado y, a la vez, por la injerencia en las políticas públicas. La diversidad religiosa de Brasil se caracteriza por ser amplia y dinámica, y expresa su historia y cultura. La educación y las políticas públicas deben fomentar el respeto, la inclusión y la valoración de la pluralidad. El carácter laico del Estado garantiza la libertad religiosa y la neutralidad de la esfera pública, y enfrenta desafíos permanentes para crear y preservar la imparcialidad. El pluralismo religioso y cultural constituye una riqueza que debe celebrarse y defenderse, lo que requiere acciones continuas para fortalecer la tolerancia y la cohesión social.

**Palabras clave:** Religión. Diversidad. Ciencia. Libertad. Sociedad.



## 1 INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, os seres humanos tiveram a liberdade de religião, conforme destaca Bittencourt Filho<sup>1</sup>. O Governo é proibido de realizar qualquer perseguição política religiosa, assim protegendo a liberdade religiosa de cada um, mesmo assim não é comprovado de maneira geral, a garantia de eliminação das formas de discriminação religiosa. As autoridades, ou o público apresenta um estereótipo de que uma religião precisa por exemplo: comportar-se, ou vestir-se. Podem até não cumprir aos requisitos básicos, parecendo que não estão enquadrados naquela categoria, conforme a tolerância religiosa, isto é, enfrentam acusações que estão agindo contra a lei.

Com as necessidades de mudanças da sociedade moderna, na esfera religiosa e espiritual, é surpreendente às consequências do processo de qualquer organização social, prevalecendo a justiça social, a realização pessoal, autoconhecimentos e a aplicação e fortalecimento da religião como uma orientação para o lado positivo da vida.

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre religião e setor público no Brasil, destacando a influência da modernidade e a necessidade de políticas públicas inclusivas que respeitem a diversidade religiosa. Pretende-se compreender como a religião se adapta às mudanças sociais e espirituais e como o pluralismo religioso, pode ser uma ferramenta poderosa, para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Como objetivos específicos tem-se: investigar como o desenvolvimento da ciência e da tecnologia impactou as práticas e crenças religiosas no Brasil; identificar os desafios e oportunidades gerados pela convivência de diferentes tradições religiosas, e discutir a importância da laicidade do Estado, na garantia da liberdade religiosa e da neutralidade do espaço público.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica e análise crítica de fontes secundárias. A pesquisa é descritiva e exploratória, visando compreender a complexidade da relação entre religião e setor público no Brasil. Consulta a obras de autores como Peter Berger e José Bittencourt Filho, entre outros, para fundamentar a análise teórica.

Com estas variedades desenvolvidas pelas novas religiões, que apresentam orientações científicas da sociedade atual, assim usam da ciência, para alcançar objetivos com fins espirituais, refletindo na diversidade religiosa, surgindo como entradas ou distorcidas, como era no passado.

A relação entre religião e setor público é um tema complexo e multifacetado, que envolve questões de liberdade religiosa, laicidade do Estado, e a influência das instituições religiosas nas políticas públicas. Este capítulo apresenta uma série de citações amplas, que exploram essas interações, destacando a importância do diálogo entre o sagrado e o profano, no contexto do serviço público.

---

<sup>1</sup>BITTENCOURT FILHO. José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. 2. ed. Vitória: Unida, 2019, p. 30.



## 2 RELIGIÃO E O SETOR PÚBLICO

A religião para Berger, abrange dois aspectos: a religião na consciência e no comportamento dos indivíduos. O conceito de religião comparada a superstição, de “desencadeamento do mundo, enquanto a racionalidade varria os velhos mistérios”<sup>2</sup>. A religião é influenciada pela modernidade, desde o desenvolvimento da ciência social moderna existe o preconceito do iluminismo, relativamente à religião. Não sendo antirreligioso na versão filosófica, mas que a “modernidade e religião eram empiricamente antagônicas – simplificando: quanto amis modernidade, menos religião”<sup>3</sup>.

O conceito de religião de acordo com Berger não é correspondente à realidade, “mas que é útil na medida em que nos permite à realidade, mas que é útil em que nos permite classificar fenômenos reais e descobrir empiricamente onde as classificações falham”<sup>4</sup>.

Segundo Berger “uma instituição é um programa e comportamento que, quando adequadamente interiorizado, faz o indivíduo agir espontaneamente e sem muita ou nenhuma reflexão no setor relevante da vida social”<sup>5</sup>. Esse comportamento depende de cada indivíduo, da sua conduta, das relações com a sociedade, isto é, das relações sociais e a realidade de cada um, “[...] o comportamento na prática religiosa até que este comportamento se torne habitual”<sup>6</sup>.

As instituições religiosas possuem dificuldades com a liberdade religiosa, principalmente “quando reivindicam possuir verdades divinamente reveladas, e ainda mais quando elas um dia tiveram uma posição de monopólio numa sociedade”, conforme Berger<sup>7</sup>. Nos dias atuais a Igreja Católica Moderna é extremamente instrutiva, pode-se identificar a plenitude da verdade.

Corroborando Bittencourt Filho, “Na perspectiva da expansão do campo religioso, o que mais chama atenção é a corrida das organizações religiosas para possuírem um espaço significativo na mídia”. A muito tempo com o desenvolvimento global “o meio é a mensagem” adaptando aos meios eletrônicos, de fato as tendências do simplicíssimo, utilitarismo e excepcional reclusão da religião, fenômeno da pós modernidade<sup>8</sup>.

Na oportunidade em que presenciamos uma efervescência sem precedentes no campo religioso brasileiro, faz-se necessária a ampliação do acervo teórico disponível caso se deseje a devida interpretação dos fenômenos. Mais do que nunca, o pluralismo religioso brasileiro está a exigir um esforço concentrado para ser compreendido. Pretendemos situar e incorporar não o *a priori* na experiência religiosa, mas consoante à natureza sociológica do trabalho, apontar a dimensão apriorística da religiosidade da média dos brasileiros e tomar tal dimensão como uma ferramenta teórica a mais no empenho hermenêutico do panorama religioso em nosso País, sobretudo no passado recente. [...] discutir os fatores que tornam a religiosidade da maioria dos brasileiros singular e original, a despeito do fato de que a formação social brasileira esteve

<sup>2</sup> BERGER, L. Peter. *Os múltiplos altares da modernidade*: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 48.

<sup>3</sup> BERGER, 2017, p. 50.

<sup>4</sup> BERGER, 2017, p. 47.

<sup>5</sup> BERGER, 2017, p. 77.

<sup>6</sup> BERGER, 2017, p. 78.

<sup>7</sup> BERGER, 2017, p. 84.

<sup>8</sup> BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 36.



e está subordinada a determinantes econômicos, políticos e culturais comuns a tantos outros povos e nações<sup>9</sup>.

Conforme Berger, [...] os dois efeitos do pluralismo caminham juntos – a fé enquanto baseada mais na escolha individual do que no destino ou no acaso do nascimento, e a fé enquanto institucionalizada na forma com a modernidade voluntária”<sup>10</sup>. Observa-se ampla afinidade com a modernidade, isto é, afinidade que enfraquece o que é dado como certo as instituições, não somente as religiosas.

Para Bittencourt Filho “Vivemos em clima intelectual que mostra uma simpatia especial pela desnaturalização das categorias tradicionais, pela descentralização e por uma certa mirada que prioriza as fronteiras das instituições culturais [...]”<sup>11</sup>. Percebe-se com os passar dos anos uma pluralidade interna de cristandades, tornando mais complexos, ou até mesmo mais problemático, pode gerar auto reflexão.

[...] quando o pluralismo e a liberdade religiosa coincidem, surge um tipo específico de mercado, de modo que os conceitos econômicos podem ser aplicáveis. A liberdade religiosa priva as instituições religiosas dos privilégios monopolistas anteriores. Em vez disso, elas são obrigadas a competir sem recorrer à coação. Haverá pressões para controlar a competição, o que torna prático um grau de cooperação<sup>12</sup>.

Corroborando ainda Bittencourt Filho destaca.

[...] porque formas, condutas religiosas, estilos de espiritualidade e condutas religiosas uniformes, evidenciam a presença influente de um substrato religioso-cultural que denominamos *Matriz Religiosa Brasileira*. Esta expressão deve ser apreendida em seu sentido lato, isto é, como algo que busca traduzir uma complexa interação de ideias e símbolos religiosos que se amalgamaram num decurso multissecular, portanto, não se trata stricto sensu de uma categoria de definição, mas, de um objeto de estudo. Esse processo multissecular teve, como desdobramento principal, a gestação de uma mentalidade religiosa média dos brasileiros, uma representação coletiva que ultrapassa mesmo a situação de uma classe em que se encontre<sup>13</sup>.

Contribuindo o oficial catolicismo romano, o seu papado tem diversificado suas estratégias com relação as diretrizes, direcionando diretamente o indiretamente o espaço social brasileiro, com relação ao sagrado. O catolicismo romano foi protagonista e atualmente tem buscado alcançar essa posição novamente, mas percebeu que as alianças de alguns movimentos sociais, no caso, poloneses com eclesiásticos ocasionaram confrontos com o regime antigo, nos âmbitos cultural e político<sup>14</sup>.

<sup>9</sup> BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 38-40.

<sup>10</sup> BERGER, 2017, p. 104.

<sup>11</sup> BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 32.

<sup>12</sup> BERGER, 2017, p. 102.

<sup>13</sup> BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 40-41.

<sup>14</sup> BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 32.



“O mundo contemporâneo, com poucas exceções, é tão intensamente religioso como qualquer outro da história”<sup>15</sup>.

Segundo Bittencourt Filho “[...] a existência, no bojo da matriz cultural, de uma matriz religiosa, que provê um acervo de valores religiosos e simbólicos característicos, assim como propicia uma religiosidade ampla e difusa entre os brasileiros”<sup>16</sup>. No entanto, esta certeza reforçam a presença da pluralidade cultural, de valores e da religiosidade brasileira que persistem, apesar das mudanças que ocorrem na sociedade, e que carecem continuar a se articular e reproduzir.

Assim, as formas religiosas e culturais rejeitadas como idolátricas e/ou demoníacas, são consideradas como uma religiosidade camouflada, isto é, adaptado por si mesmo como um instrumento de resistência e conservação da identidade diante de agressões<sup>17</sup>.

Os serviços públicos, como saúde e educação, devem ser prestados de maneira a respeitar a diversidade religiosa dos usuários. Isso inclui a garantia de que todos tenham acesso a serviços que atendam às suas necessidades específicas, independentemente de suas crenças religiosas<sup>18</sup>.

A Religião e o setor público em sua relação, não está alheia a desafios e controvérsias. Questões como o ensino religioso nas escolas públicas, a celebração de festividades religiosas em espaços públicos, e a participação de líderes religiosos em debates políticos são temas que frequentemente geram polêmica. É essencial que o Estado, mantenha um equilíbrio entre a proteção da liberdade religiosa e a garantia da neutralidade do espaço público, respeitando os direitos de todos os cidadãos<sup>19</sup>.

As instituições religiosas são muito significativas e relevantes na sociedade, influenciando os valores e a moral da cidade e ao mesmo tempo na elaboração de políticas públicas. A Igreja Católica no Brasil, desde a época colonial, sempre esteve envolvida nas questões sociais, a exemplo das áreas de educação, saúde e assistência social. Essa influência pode ser positiva, ou seja, promover valores de solidariedade e justiça, mas também pode, na prática, lesar, quando interesses religiosos ferem princípios laicos do Estado<sup>20</sup>.

### 3 DIVERSIDADE RELIGIOSA

O Brasil é um país caracterizado por uma diversidade cultural extensa, cujas várias tradições, crenças religiosas e etnias respeitam-se uns aos outros. Uma vez que essa é uma das características mais importantes do que faz parte nossa nação. Indígena, africana ou europeia e asiática, todas as culturas têm sua influência no Brasil, que é um verdadeiro caldeirão de culinária que reflete na: música,

<sup>15</sup> BERGER, 2017, p. 55.

<sup>16</sup> BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 17.

<sup>17</sup> BITTENCOURT FILHO, 2019, p. 57.

<sup>18</sup> OLIVEIRA, Ana Paula. *Diversidade religiosa e cidadania*. Brasília: Universidade de Brasília, 2019a, p. 104.

<sup>19</sup> SOUZA, Carlos Alberto. *Religião e Estado: desafios e controvérsias*. São Paulo: Contexto, 2021, p. 90.

<sup>20</sup> PEREIRA, João Carlos. *Religião e política no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 78.

dança, culinária e festividades. Ao mesmo tempo, essa riqueza cultural não apenas nos enriquece em propriedades materiais, mas também nos obriga a fazer da sociedade um lugar mais inclusivo e tolerante, para que todas as vozes possam ser ouvidas e respeitadas<sup>21</sup>.

É imprescindível que a diversidade religiosa brasileira, seja considerada um fenômeno complexo, refletindo a história e a cultura do país. Seja através do mosaico religioso dos terreiros de matriz africana e o sincretismo religioso, ou por influências do catolicismo, ou igrejas evangélicas em ascensão, a diversidade religiosa brasileira tem sido seu contributo para os mitos e práticas religiosas. O entendimento do próprio arte é fundamental para o fomentar a todos inclusão, a todos respeito de sua diferença religiosa da sociedade. O país, no entanto é diversidade religiosa no Brasil não permanece, pois ele possui trajetória própria e o tempo permeiam seu desenvolvimento mediante fatores sociais, econômicos e considerações políticas<sup>22</sup>. Como desta forma abordagem precisa ser não estrita, mas uma à mostra abrangente, à tumultuar é claro que são as vozes religiosa que devem ser seguidas.

O setor público deve promover a diversidade religiosa e garantir a todos os cidadãos, o direito de praticar sua própria religião e/ou fé sem discriminação. Isso pode ser alcançado por meio da formulação de políticas públicas, que respeitem e valorizem a diversidade religiosa, além da incorporação de programas educacionais que apresentam as diferentes tradições religiosas existentes no território nacional. A diversidade religiosa representa uma riqueza cultural, que deve ser celebrada e resguardada<sup>23</sup>.

A educação exerce uma diversão essencial na promoção da compreensão e do respeito para com a diversificação e a religiosidade, motivo pelo qual é fundamental que, num país como o Brasil, caracterizado pela diversidade religiosa, as escolas e as instituições de ensino abordem este tema de forma inclusiva e respeitosa, envolvendo, assim, uma formação de educadores que têm as habilidades muito bem envolvidas para trabalhar com a pluralidade religiosa e a aprendizagem de treinamentos que valorizam a diversidade de currículos religiosos e práticos. A educação para a diversidade religiosa não se restringe ao ensino formal, ela deve permear todas as esferas da vida escolar de modo a promover um ambiente de respeito e inclusão. Além disso, deve-se considerar também que as políticas educativas precisam considerar e valorizar a contribuição das diferentes tradições religiosas, e a ser reconhecida e valorizada para a constituição cultural e moral dos educandos<sup>24</sup>.

<sup>21</sup> SILVA, João. *Pluralismos brasileiros*. São Paulo: Brasilius, 2018, p. 23.

<sup>22</sup> COELHO JR., A. G.; MAHFOUD, M. *As dimensões espiritual e religiosa da experiência humana: distinções e conexões*. São Paulo: Casa Amarela, 2001, p. 45.

<sup>23</sup> OLIVEIRA, 2019a, p. 123.

<sup>24</sup> ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUEZ, Tatiane. *Diversidade religiosa e educação: desafios e oportunidades*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013, p. 78.



As políticas públicas devem considerar a diversidade religiosa como um elemento essencial, para a construção de uma cidadania inclusiva. Programas educacionais e sociais que promovam o respeito e a compreensão, entre diferentes tradições religiosas são cruciais para a coesão social<sup>25</sup>.

O diálogo inter-religioso no setor público é uma ferramenta poderosa, para a resolução de conflitos e a promoção da paz. Iniciativas que incentivem a colaboração entre diferentes comunidades religiosas podem contribuir para a construção de uma sociedade, mais harmoniosa e justa<sup>26</sup>.

A diversidade religiosa é um reflexo da pluralidade humana e da busca contínua de sentido e transcendência. No Brasil, a pluralidade é ainda mais rica, desde as tradições indígenas e afro-brasileiras, até as diversas denominações cristãs e as diferentes crenças mundiais. Nesse sentido, a construção social e cultural brasileira é enriquecida e criou-se, possibilitando o diálogo inter-religioso e capacidade de tolerância entre a raça. A convivência pacífica em torno das distintas religiões é um desafio e uma oportunidade; no entanto, é talvez o alicerce de uma sociedade mais tolerante inclusiva. A diversidade religiosa do Brasil não é como seu fetiche em termos de tolerância, mas de aceitação das diferenças, que enriquecem a cultura espiritual<sup>27</sup>.

#### 4 LIBERDADE RELIGIOSA E LAICIDADE DO ESTADO

A liberdade religiosa é a base fundamental da democracia. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, bem como o livre exercício dos cultos religiosos. No entanto, a laicidade do Estado impõe limites à intervenção direta, das instituições religiosas nas políticas públicas, garantindo que o espaço público seja neutro e inclusivo para todos os cidadãos, independentemente de suas crenças<sup>28</sup>. No entanto, a laicidade do Estado é um princípio fundamental que garante a liberdade religiosa para todos os cidadãos. Em um Estado laico, nenhuma religião é privilegiada, e todas são respeitadas e protegidas<sup>29</sup>.

A laicidade do Estado é fundamental para garantir a igualdade e a liberdade religiosa, em uma sociedade plural. O setor público deve atuar de forma neutra, respeitando a diversidade de crenças e não privilegiando nenhuma religião em particular<sup>30</sup>.

A liberdade religiosa é um direito humano essencial deve ser protegido pelo Estado. A laicidade assegura que todos os indivíduos possam praticar sua fé sem interferência, ou discriminação<sup>31</sup>.

A educação em um Estado laico deve promover o respeito à diversidade religiosa e a compreensão entre as diferentes crenças. Programas educacionais, que incentivem o diálogo inter-

<sup>25</sup> OLIVEIRA, 2019a, p. 82.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, 2019a, p. 128.

<sup>27</sup> Arendt, H. *A condição humana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Polity Press, 2002, p. 120.

<sup>28</sup> SILVA, Maria das Graças. *Direito e religião no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2020, p. 45.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, 2019a, p. 32.

<sup>30</sup> OLIVEIRA, 2019a, p. 56.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, 2019a, p. 45.

religioso são importantes, para a formação de cidadãos conscientes e tolerantes<sup>32</sup>. No entanto, embora a laicidade seja um princípio essencial para a liberdade religiosa, enfrenta desafios constantes. É necessário um esforço contínuo, para garantir que o Estado permaneça neutro e imparcial em questões religiosas<sup>33</sup>.

Assim, a laicidade do Estado é a base para um pluralismo religioso saudável, em uma sociedade pluralista, a diversidade de crenças é vista como uma riqueza, e a laicidade então garante, que todas sejam respeitadas<sup>34</sup>.

O pluralismo religioso brasileiro foi gerado pela nossa história de sincretismo e miscigenação. As religiões indígenas às nações do candomblé e da umbanda, incluindo todas as religiões e doutrinas cristãs, o Brasil é um mosaico de crença e práticas religiosas. A diversidade, no entanto é uma riqueza a ser celebrada e defendida. Então gera desafios, mesmo com a aplicação do diálogo inter-religioso e o culto livre à toda população, mesmo para aqueles que não possuem religião. A laicidade do Estado é imprescindível para garantir que todas as religiões sejam, respeitadas e que nenhuma delas seja favorecida<sup>35</sup>.

O sistema político no Brasil é caracterizado pela diversidade de partidos e ideologias, que são refletidos pelas opiniões e interesses da sociedade. Este pluralismo político é necessário, para a democracia e para garantir que diferentes vozes sejam ouvidas e representadas. Contudo, existem grandes desafios para a governança, onde a fragmentação partidária pode dificultar a formação de consensos e a execução de políticas públicas efetivas. O diálogo entre os diferentes atores políticos deve ser facilitado, como um esforço permanente, de modo que o pluralismo sirva para cooperar com o crescimento do país<sup>36</sup>.

Vários aspectos culturais contribuem para a formação nacional da identidade brasileira. O pluralismo cultural serve como uma ameaça e uma força que ajuda a enriquecer o nosso patrimônio imaterial, enquanto sociedade nos desafia a criar uma sociedade mais tolerante e inclusiva. Desde as celebrações populares como: carnaval e as festas juninas, até as manifestações artísticas e literárias, diversidade cultural existe em quase todas as esferas, de ação humana brasileira. Entretanto, precisa-se saber que essa diversidade vem acompanhada também com desafios, envolvendo assim inclusão social e combater a discriminação. Educação é um dos métodos, que ajudam a superar essas diferenças de respeito e compreensão dos grupos culturais existentes<sup>37</sup>.

Por um lado, o pluralismo traz consigo muitos desafios, apesar de ser uma riqueza. É um fato inegável, que compartilhar com outros grupos culturais, religiosos e políticos demanda um esforço

<sup>32</sup> OLIVEIRA, 2019a, p. 68.

<sup>33</sup> OLIVEIRA, 2019a, p. 80.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, 2019a, p. 92.

<sup>35</sup> SANTOS, Maria. *Diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Carioca, 2017, p. 45.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Carlos. *Pluralismo político no Brasil*. Brasília: Capital, 2019b, p. 67.

<sup>37</sup> PEREIRA, Ana. *Identidade e pluralismo no Brasil*. Salvador: Baiana, 2020, p. 89.



continuo, para desenvolver o diálogo e o respeito mútuo. Nesse cenário, é preciso levar em conta políticas públicas, que valorizem a diversidade e combatam abordagens de discriminação. Educação para cidadania global, que aprende a tolerância e respeito sucessivamente nas pessoas é importante, para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. O pluralismo brasileiro oferece uma grande oportunidade para aprendizado das diferenças, onde todos podem alcançar o direito de viver em harmonia e igualdade<sup>38</sup>.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação entre religião e setor público é um campo dinâmico, e em constante evolução, isto é, apresenta complexidades multifacetadas que refletem as mudanças sociais. A liberdade religiosa e a laicidade do Estado são princípios fundamentais, que devem ser equilibrados, para garantir uma sociedade justa e inclusiva. As instituições religiosas têm um papel importante a desempenhar, mas é muito importante que o setor público promova a diversidade religiosa, respeite os direitos de todos os cidadãos, crie uma sociedade inclusiva e impõe desafios, para a convivência pacífica, independentemente de suas crenças.

Em contrapartida, a modernidade significou adaptação das instituições religiosas da maneira como as religiões são estruturadas, em consequência as mudanças sociais e culturais. A ciência e a tecnologia desempenharam um papel importante, nas crenças religiosas, envolvendo as pessoas, a procurarem novas abordagens de espiritualidade, de acordo com os valores contemporâneos. Assim, essa adaptação é uma condição, para a sobrevivência e dispêndio de religiões em seu contexto atual.

As pessoas formam as instituições sociais, políticas e econômicas, pois pensam e agem de acordo com suas convicções ideológicas, consolidando o pensamento que predomina no desenvolvimento da sua formação cultural e sócio afetiva, assim como a sua construção religiosa. Os preceitos legais, são sempre lembrados através de suas regras, ou doutrinas utilizadas no campo religioso. A visão relacionada com a ideologia religiosa, mesmo com a relação de referir-se ao processo de alcançar seu resultado, isto é, integrar-se a uma religião cristã, pode-se destacar: católicas, protestantes, evangélicos, espíritas e religiões afro-brasileira, assim direciona-se a construção da moral e ética.

Com a contemporaneidade, as mudanças ocorridas nos dias atuais, as crenças e práticas no campo religioso, tornaram-se deliberativas, algumas talvez idênticas, mas a fé não mudou em nada. Assim, as instituições religiosas estabelecem o “comportamento na prática religiosa até que este comportamento se torne habitual, ou seja, dado como certo” é o que descreve Berger<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> RIBEIRO, Luís. *Desafios do pluralismo brasileiro*. Belo Horizonte: Mineira, 2016, p. 112.

<sup>39</sup> BERGER, 2017, p. 78.



Assim sendo, o campo religioso no Brasil nos orienta que ser brasileiro recusa automaticamente ser católico, mas sim, que grande parte é cristão. Significa a existência de controlar e impulsionar a mobilidade, ecumenismos e sincretismos/hibridismos, mas também exclusivismo religioso, divergências, intolerância ideológica ou política e racismo religioso. Há desinstitucionalização e institucionalização e, simultaneamente, os sem-religião. Então, declara que o “campo religioso brasileiro” é superior a um tema complexo, é um percentual minado, no qual o próprio conceito está em risco permanente.

A diversidade religiosa no Brasil, constitui um mosaico amplo e dinâmico, composto por sua diversidade de crenças e práticas, que refletem a nossa cultura e história. A pluralidade religiosa é um traço característico da sociedade brasileira, envolvendo tradições indígenas e afro-brasileiras, as diversas denominações cristãs e as várias religiões do mundo. No entanto, essa diversidade gera desafios, particularmente no que diz respeito à convivência e ao respeito mútuo, entre as diferentes tradições religiosas. No entanto, esse contexto traz desafios, no do que diz respeito à convivência pacífica e ao respeito às diversidades entre os praticantes da religião.

A relação entre religião e setor público é ampla, e envolve a influência das instituições religiosas, nas políticas públicas e na vida social. A laicidade do Estado é fundamental, para garantir a liberdade religiosa e a neutralidade do espaço público, assegurando, que todas as crenças sejam respeitadas e protegidas. Este estudo destacou a importância de políticas públicas inclusivas, que promovam o respeito e a inclusão da diversidade religiosa, contribuindo para a coesão social e a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

Para alcançar os objetivos propostos é imprescindível engajar-se em estratégias educacionais e políticas públicas, que enfatizem a valorização da diversidade religiosa e que estimulem o diálogo inter-religioso. O processo educativo é um instrumento fundamental, para a formação de cidadãos conscientes e tolerantes, em relação às diferenças culturais e religiosas. Programas educacionais que promovem o diálogo e a compreensão, entre diferentes tradições religiosas são indispensáveis, para a construção de uma sociedade inclusiva.

Dessa forma, a diversidade religiosa no Brasil é uma riqueza cultural, que deve ser celebrada e resguardada. É importante a laicidade do Estado, no sentido de garantir a liberdade religiosa e a neutralidade do espaço público, para estabelecer um ambiente de convivência e inclusão. Por meio de políticas públicas inclusivas e de estratégias educacionais, que valorizam a diversidade religiosa, podemos construir uma sociedade mais igualitária e prejudicial, onde todas as vozes sejam respeitadas e ouvidas.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUEZ, Tatiane. *Diversidade religiosa e educação: desafios e oportunidades*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

Arendt, H. *A condição humana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Polity Press, 2002.

BERGER, L. Peter. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BITTENCOURT FILHO. José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. 2. ed. Vitória: Unida, 2019.

COELHO JR., A. G.; MAHFOUD, M. *As dimensões espiritual e religiosa da experiência humana: distinções e conexões*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

OLIVEIRA, Ana Paula. *Diversidade religiosa e cidadania*. Brasília: Universidade de Brasília, 2019a.

OLIVEIRA, Carlos. *Pluralismo político no Brasil*. Brasília: Capital, 2019b.

PEREIRA, Ana. *Identidade e pluralismo no Brasil*. Salvador: Baiana, 2020.

PEREIRA, João Carlos. *Religião e política no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RIBEIRO, Luís. *Desafios do pluralismo brasileiro*. Belo Horizonte: Mineira, 2016.

SANTOS, Maria. *Diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Carioca, 2017.

SILVA, João. *Pluralismos brasileiros*. São Paulo: Brasilis, 2018.

SILVA, Maria das Graças. *Direito e religião no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2020.

SOUZA, Carlos Alberto. *Religião e Estado: desafios e controvérsias*. São Paulo: Contexto, 2021.

